



**FEPEG**

FÓRUM DE ENSINO,  
PESQUISA, EXTENSÃO  
E GESTÃO

TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DEBATES MINICURSOS E PALESTRAS

23 A 26 SETEMBRO DE 2015  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

ISSN 1806-549X

A HUMANIZAÇÃO NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REALIZAÇÃO



AFORO



## **AVALIAÇÕES SISTÊMICAS: POSSÍVEIS IMPACTOS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE SÃO FRANCISCO-MG, NO PERÍODO DE 2011 A 2014**

*Gabriela Mendes de Jesus, Rose Mary Ribeiro*

### **Introdução**

Tendo em vista a preocupação por parte de todo o corpo que compõe uma escola, em relação ao desempenho dos alunos que ali se inserem e que este desempenho é avaliado sistematicamente por políticas já impostas. O interesse pelo estudo surgiu de inquietações que se insere nesse contexto das implicações das avaliações sistêmicas. É uma modalidade de avaliação em grande escala, que visa subsidiar políticas públicas na área educacional, tendo como finalidade fornecer informações e resultados sobre a realidade dos sistemas de educação.

Assim, a pesquisa busca responder a questão: quais as implicações para professores e alunos, dos resultados das avaliações sistêmicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, de uma escola pública estadual do município de São Francisco/MG, no período de 2011 a 2014? Portanto, tem como objetivo conhecer os aspectos históricos sobre a criação dos primeiros sistemas de avaliação, para compreender a principal política de diagnose do governo brasileiro, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); e o Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE), para discutir sobre os efeitos que as avaliações externas produzem no cotidiano escolar e analisar o papel do professor frente às avaliações sistêmicas, a fim de conhecer a utilização dos seus resultados pelos profissionais da educação.

### **Material e métodos**

O estudo é de abordagem qualitativa como Freitas [1] aponta que, neste tipo de pesquisa, podemos ter a arte da descrição complementada pela explicação, tendo com referência uma escola pública estadual do município de São Francisco/MG. Sendo de caráter bibliográfico através do levantamento de autores que discutem o tema em questão, podendo ser citados: Toschi, Horta Neto, Silva e Cafiero, Castro, Vianna, entre outros.

### **Resultados**

A pesquisa tem revelado até então, que o discurso de que insere atualmente sobre as políticas de avaliações do sistema educacional, é sobre sua ineficácia e ineficiência. Nessa perspectiva, cabe ter um olhar atento para esse processo, no sentido de ampliar os impactos positivos que essas avaliações podem trazer.

### **Discussão**

As avaliações sistêmicas se inseriram historicamente na gestão do sistema educacional brasileiro, que segundo Toschi [2], estas já tiveram suas pesquisas iniciadas no Brasil, em 1930. Porém, completa Horta Neto [3], que as primeiras medições da educação, que era basicamente o levantamento de dados sobre os níveis de ensino público e privada daquele período, deram início a partir de 1906 e estavam inseridas no Anuário Estatístico do Brasil. No entanto, somente na década de 90, que a avaliação da educação básica foi implantada pelo Ministério da Educação (MEC) através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e foi consolidado pelo SAEB.

De acordo com o documento do INEP publicado em 2002 [4], este sistema tem como objetivo primordial colaborar para que a educação no Brasil melhore qualitativamente, de forma que todos tenham acesso a escola, além de fornecer informações sobre as políticas públicas da educação básica, a fim de se buscar melhoramentos sobre a mesma. Com o tempo, esse sistema sofreu fortes modificações, na qual trouxe benefícios e aperfeiçoamentos para se obter com maior agilidade e qualidade os resultados das políticas de educação.

Outros estados incluindo Minas Gerais instituíram suas próprias avaliações, que de acordo com Silva e Cafiero [5] tinha como objetivo a busca de informações que orientem os gestores públicos para tomada de decisões e na gestão dos sistemas educacionais. Desde 1991, a avaliação externa das escolas mineiras tem sido parte integrante da política educacional estadual, preconizada pela Constituição do Estado de Minas Gerais, como garantia de um ensino de qualidade, conforme previsto na alínea a, do inciso X, de seu art. 196 [6]. Nessa perspectiva, foi criado em 2000, o SIMAVE, que inicialmente contou com o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), que avalia os estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das escolas municipais e



estaduais de Minas Gerais nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Mais tarde em 2006, foi acrescentado o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA), que avalia alunos do 3º ano do ensino fundamental na parte de leitura, escrita, interpretação e fazer sínteses de textos na Língua Portuguesa. O SIMAVE conta também com o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), que avalia os primeiros anos do Ensino Médio. Porém, este não será abordado com destaque, já que o foco em questão são os anos iniciais do Ensino Fundamental (SEE-MG) [7].

No entanto, o que se ouve sobre as avaliações sistêmicas, é que estas estão inseridas em questões que envolvem visões positivas, como também aquelas negativas. Vianna [8] retrata que nos dias atuais, muitos problemas rodeiam esse espaço de estudo, como a falta de profissionais capacitados especificamente em avaliação educacional, uma vez que no Brasil nessa área não se considera tais requisitos. É que dessa maneira surge situações que não suprem definitivamente as necessidades existentes nessa área.

### Considerações finais

Muito se houve falar das avaliações externas. Estas estão envolvidas em debates bastante polêmicos entre profissionais da educação e pesquisadores, onde há aqueles que as defendem como um recurso imprescindível para nortear políticas públicas, a fim de se buscar melhorias nas necessidades existentes na área. Como também há aqueles que não estão a favor, alegando ser um objeto que leva a disputas, competições entre escolas, levando ao desgaste dos profissionais e alunos que estão inseridos nesse processo avaliativo. Isso mostra a falta de confiança que estes profissionais depositam sobre as avaliações, justificando o fato das mesmas não avaliarem com objetividade os conhecimentos dos alunos, dentre outras visões negativas.

Posto isso, pode-se analisar que deve haver uma preocupação maior no que diz respeito ao verdadeiro sentido de se aplicar essas avaliações, visto que seus resultados deveriam ser usados de uma forma que ocorra transformações qualitativas na realidade existente em cada escola.

### Referências

- [1] FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 21-39, julho/2002.
- [2] TOSCHI, M. S. Avaliação da educação básica e do ensino superior. In: LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 205-206.
- [3] HORTA NETO, J. L. **Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005**. Madrid: Revista Iberoamericana de Educación (Online), v. 42, p. 1-14, 2007. Disponível em: <[www.rioei.org/deloslectores/1533Horta.pdf](http://www.rioei.org/deloslectores/1533Horta.pdf)>. Acesso em: 29/10/14.
- [4] BRASIL, **SAEB 2001: novas perspectivas**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, DF, 2002.
- [5] CAFIERO, Delaine; SILVA, Ceris Salete Ribas. **Implicações das políticas educacionais no contexto do Ensino Fundamental de nove anos**. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.27, n.02, p.219-248, 2011.
- [6] MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Inédita, 2001.
- [7] \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **SIMAVE: PROALFA/PROEB 2013**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 2 (jan./dez. 2013), Juiz de Fora, 2013 – Anual. **Revista da Gestão Escolar**. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/wpcontent/uploads/2014/07/SIMAVE-RG-MR-WEB2.pdf>> Acesso em : 31/10/14.
- [8] VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliações Nacionais em Larga Escala: Análises e Propostas**. São Paulo: DPE, 2003. 41 p.